



A EDUCAÇÃO BICULTURAL PARA SURDOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Cauê Jucá Ferreira Marques¹
Marilene Calderaro Munguba²

RESUMO

Este trabalho é resultado das atividades desenvolvidas durante as disciplinas Teoria da Educação de Surdos e Educação Bilíngue e Bicultural do curso de Letras-Libras da Universidade Federal do Ceará (UFC); e pretende discutir de que forma currículo e cultura surda podem se relacionar no contexto da Educação de Surdos. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura com abordagem qualitativa que utilizou os descritores: Educação de Surdos, Cultura Surda, Educação Bicultural e Educação Bilíngue. Na análise das informações aplicou-se o método descritivo. Os achados revelam que nenhum dos documentos, sobretudo os dispositivos legais, trata da educação bicultural, que propõe o respeito à cultura e identidade surdas no ambiente escolar. Constatou-se a importância das experiências culturais da comunidade surda para o fortalecimento da Educação Bilíngue. Todavia, destaca-se a necessidade de que o Estado garanta, por vias legais, o direito a uma educação e a um currículo que contemplem as manifestações culturais do povo surdo.

Palavras-chave: Educação de Surdos, Cultura Surda, Educação Bicultural, Educação Bilíngue.

INTRODUÇÃO

Discutir Educação de Surdos exige a compreensão de que esta faz parte de um campo muito maior e repleto de ramificações: a Educação. Pensá-la, portanto, passa pela reflexão da prática educacional, que por sua vez é indissociável dos discursos do currículo³. Comparativamente, o oralismo seria a abordagem mais semelhante aos

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Letras Libras da Universidade Federal do Ceará - UFC. Bolsista do Programa de Iniciação à Docência - PID/UFC. Membro do Grupo de Pesquisa Educação para as Diferenças e os Estudos Surdos na Perspectiva Interdisciplinar - EDESPI/UFC; cacajucaf@gmail.com.

² Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Terapeuta Ocupacional, Fisioterapeuta, Professora da Universidade Federal do Ceará - UFC. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação para as Diferenças e os Estudos Surdos na Perspectiva Interdisciplinar - EDESPI/UFC; marilenemunguba@delles.ufc.br.

³ Silva (2010) adota o conceito de discursos do currículo em substituição ao termo teorias do currículo.



discursos tradicionais, afinal estabelece uma padronização ouvinte e promove práticas de reabilitação da fala para os chamados desviantes, ou seja, os surdos.

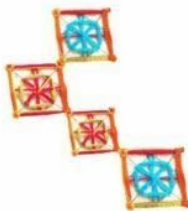
Já sob a perspectiva pós-crítica, surgem os Estudos Culturais, que se apropriam do conceito de identidade e concebem o currículo como um artefato cultural, ou seja, produto das experiências sociais. Nesse sentido, há espaço para que a comunidade surda construa coletivamente uma proposta alternativa aos métodos ouvintistas que considere a sua história, cultura e língua como elementos fundamentais. Surge, nesse contexto, embora não concomitante ao surgimento das teorias pós-críticas, a Educação Bilíngue e Bicultural, pauta de luta da comunidade surda até os dias atuais.

Esta abordagem na Educação de Surdos, inaugurada no fim dos anos de 1980 na Suécia, embora circundada de controvérsias metodológicas e interpretações dúbias, provavelmente se apresenta como a única proposta que reconhece os surdos como formadores de comunidade com língua e culturas próprias.

Essa comunidade, amparada pelos dispositivos legais do Brasil, tem direito ao pleno acesso à língua e cultura de seu país. Assim, os sujeitos surdos são potencialmente bilíngues e biculturais. É sobre este último termo que a presente revisão de literatura pretende discutir. Desse modo, o trabalho divide-se da seguinte forma: i) metodologia, pensada a partir de Lakatos e Marconi (2012); ii) discussão do currículo como artefato cultural; iii) breve apresentação contextual e conceitual de Cultura Surda; iv) associação entre a legislação vigente e a proposta bilíngue e bicultural defendida pela Comunidade Surda; v) apresentação dos eventos culturais do povo Surdo como espaços de resistência; vi) considerações finais.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura (LAKATOS; MARCONI, 2012) que utiliza os descritores: Educação de Surdos, Cultura Surda, Educação Bicultural e Educação Bilíngue, e estabelece o período de publicação de 2008 a 2017 como critério



de inclusão. Adotou-se o método descritivo com abordagem qualitativa. A partir dos descritores, encontramos produções que nortearam as discussões presentes no trabalho.

Após a leitura dos textos, buscamos discutir currículo como artefato cultural e relações de poder (FREIRE, 1984; SILVA, 2017); cultura surda e artefatos culturais do povo surdo (STROBEL, 2008; 2018); educação bilíngue e legislação (BRASIL, 2002;2005;2014); língua, cultura e educação (MORAIS, 2008); (STUMPF, 2009); (SAUSSURE, 2012).

O CURRÍCULO COMO ARTEFATO CULTURAL

O Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, fundado em 1964 na Inglaterra, democratizou o conceito de cultura ao entendê-la não como um privilégio da elite, mas como todas as formas que os agrupamentos humanos compreendem o mundo e lutam por significação social (SILVA, 2017). Sendo o currículo uma produção humana e, portanto, artefato cultural, o vemos como instrumento de manutenção das relações de poder quando as classes dominantes privilegiam a cultura hegemônica em seu conteúdo.

Considerando a comunidade ouvinte como classe dominante por ser maioria e detentora dos meios de produção, é de se esperar que um currículo pensado por ela e para ela não contemple as minorias culturais e linguísticas. “Seria na verdade uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica” (FREIRE, 1984, p. 89). Contudo, a concepção pós-crítica agrega identidade a esse artefato, possibilitando múltiplas construções e interpretações do currículo, como afirma Silva (2017):

A cultura é um campo de produção de significados no qual os diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciais de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla. A cultura é, nessa concepção, um campo contestado de significação (SILVA, 2017, p. 133).



Aproximando essas considerações à Educação de Surdos, “a Pedagogia surda vem atrelada a práticas de subjetivação, à desconstrução, ao estranhamento de discursos ouvintistas sobre esse ser surdo” (MORAIS, 2008, p. 57). No campo do currículo, essa Pedagogia problematiza a forma como este instrumento narra o sujeito surdo.

A comunidade surda organizada luta em defesa da Pedagogia surda e da Educação Bilíngue e Bicultural, tendo como instrumentos para tanto as Associações de Surdos e a Feneis⁴, que pressiona o poder público e apresenta experiências exitosas em Educação de Surdos, exigindo a manutenção e aprimoramento dessas práticas.

Portanto, reivindicar a Educação Bicultural significa afirmar a existência de uma cultura surda, com características, artefatos e experiências diferentes da cultura majoritária.

CULTURA SURDA

Amparada em seu etnocentrismo, a maioria dos ouvintes nega a existência de uma cultura surda, afinal, para ela o surdo não passa de um sujeito deficiente que carece de tratamento, cuidados e reabilitação. Strobel (2018) aponta uma série de pensamentos equivocados oriundos do imaginário dos ouvintes acerca dos surdos: desde conjecturas sobre o nascimento de uma criança surda em famílias ouvintes à dúvida se surdos são capazes de ler e escrever.

Entendendo a comunidade surda como o conjunto de sujeitos que compartilham a mesma localização e os mesmos interesses, subentende-se que a produção cultural desse grupo seja diferente da comunidade majoritária. Assim, a autora define Cultura Surda como:

“[...] o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das ‘almas’ das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo” (STROBEL, 2018, p. 29)

⁴ Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos



Entretanto, o processo de endoculturação dessa comunidade acontece de forma diferente da comunidade ouvinte. Se muito do que se assimila sobre cultura e comportamento social provém da escola e das interações sociais que se dão, sobretudo, por meio da língua, imaginamos que crianças surdas inseridas em uma sociedade e em uma escola ouvintistas não tenham contato com a comunidade surda, muito menos o sentimento de pertencimento a ela (STROBEL, 2018).

Nesse sentido, compreendemos que muitos dos produtos da cultura surda são resultado do seu histórico de opressão ouvintista. Contudo, as transformações que atingiram a comunidade surda na esfera política e social são inegáveis, sobretudo a partir da assinatura da Lei 10.436 de 2002 e do Decreto 5.626 de 2005, e configuram novas visões de construção do mundo. (PERLIN; REIS, 2012)

EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Mecanismos legais, frutos da luta da comunidade surda, tratam do seu acesso à Educação. A Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 estabelece

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (BRASIL, 2002, p. 1).

O Plano Nacional de Educação, em sua meta de número 4, complementa propondo

garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, aos(as) alunos(as) surdos e com deficiência auditiva de zero a dezessete anos, em escolas e classes bilíngües e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do



sistema braile de leitura para cegos e surdos-cegos; (BRASIL, 2014, p. 56).

Nota-se que em nenhum desses documentos oficiais é estabelecida, muito menos comentada, a proposta de Educação Bicultural, possivelmente pela associação natural entre língua e cultura (SAUSSURE, 2012).

A própria Educação Bilíngue é, por muitas vezes, executada a partir de um olhar neo-ouvintista⁵, como afirma Strobel (2008), intitulando-se bilíngue, mas priorizando a língua oral e práticas que buscam aproximar ao máximo o surdo do ouvinte, o que a autora define como “bilinguismo imaginário”. Se a língua, principal artefato cultural da comunidade surda, pode vir a ser desvalorizada em contextos bilíngues, as demais manifestações culturais são mais facilmente excluídas desse processo.

Com isso, faz-se necessária a apropriação do conceito e a reivindicação por uma educação Bilíngue e, também, Bicultural, visando evitar a exclusão nesse currículo dos aspectos culturais relacionados à Língua Brasileira de Sinais e à comunidade surda.

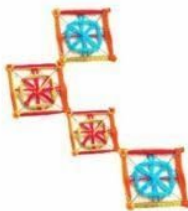
ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA

Provavelmente essas práticas neo-ouvintistas sejam fruto do imaginário da sociedade sobre os surdos, que permeia na história até a atualidade. Por outro lado, “as representações sociais estão passando por uma nova mudança para o povo surdo que não teme esconder suas identidades culturais”. (STROBEL, 2018, p. 107). Se durante a chamada era oralista⁶ as expressões culturais dos surdos, manifestadas principalmente através da língua de sinais, eram proibidas, atualmente a comunidade surda afirma sua identidade cultural com orgulho e busca visibilidade social.

O Festival de Folclore Surdo, realizado bianualmente em Florianópolis – Santa Catarina desde 2014, tem o objetivo de apoiar a diversidade e o respeito à cultura surda,

⁵ Falsa aceitação cultural dos ouvintes em relação à comunidade surda.

⁶ Período de aproximadamente 80 anos, que corresponde ao intervalo entre o Congresso de Milão em 1880 e o surgimento dos estudos linguísticos das Línguas de Sinais em 1960.



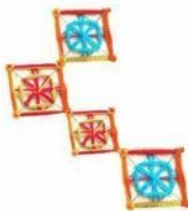
reunindo ouvintes e surdos, contando com uma programação de quatro dias com apresentações literárias, teatrais, esportivas, cinematográficas, exposições e atrações nacionais e internacionais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018).

A Semana sobre Cultura Surda do Museu de Arte do Rio [de Janeiro] - MAR integra o Fórum sobre Cultura Surda do museu e, a partir das apresentações, oficinas, formações e debates, propõe aperfeiçoar as diretrizes e políticas de acessibilidade do MAR, elaboradas no I Fórum, realizado em 2016 (MUSEU DE ARTE DO RIO, 2016)

No Ceará, o I Festival de Cultura Surda do Ceará (FECULTS) reuniu de 27 a 29 de setembro de 2017 a comunidade surda cearense para fomentar, divulgar e valorizar a Cultura e a Literatura Surda. O evento encerrou com a apresentação das atividades desenvolvidas nas oficinas, minicursos, debates e palestras realizados nos primeiros dias de programação. O fato de uma escola bilíngue ter sediado o Festival, configura-o como parte da inclusão dos saberes e experiências culturais do povo surdo no currículo, no calendário institucional da escola. Outro fator relevante é a interação entre as gerações de surdos presentes, desde aquelas que lutaram por uma educação bilíngue e bicultural àquelas que já as têm “asseguradas”. Stumpf (2009, p.446) se refere à cultura como “um valor essencial para a sobrevivência da comunidade surda [...] [e que] se transmite de geração em geração, dos surdos mais velhos para os mais novos, através da Língua de Sinais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos analisados nesta revisão de literatura possibilitam a compreensão da língua como artefato cultural legítimo do povo Surdo. Sendo esse artefato a manifestação linguística da experiência visual, percebe-se o leque de manifestações culturais e artísticas frutos da Libras. Por outro lado, a legislação atual não assegura à Comunidade Surda o direito a uma abordagem educacional que dê visibilidade e respeito às suas manifestações culturais próprias, como o teatro, as artes visuais e a literatura. A inserção desses elementos no currículo garantiria aos educandos



Surdos o sentimento de pertencimento àquela escola, sem a necessidade contínua de adaptação a uma comunidade que não pertence.

Todavia, é compreensível que o direito linguístico seja a principal pauta de luta da comunidade, que tem, em sua história, décadas de segregação e proibição do livre da mesma. As conquistas recentes no que diz respeito a esse aspecto são louváveis e de mérito dos Surdos brasileiros, que organizaram-se politicamente em defesa de direitos.

Por fim, é urgente que o Estado reconheça o protagonismo do Surdo na luta por Educação Bilíngue e Bicultural e promova a garantia de sua cultura e a identidade no cenário da Educação para que, assim, os espaços de resistência deixem de ser uma busca por visibilidade e passem a ser momentos de convivência harmoniosa e pacífica entre as culturas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: DF, 2002. Disponível online em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm> Acesso em: 27 ago. 2020

BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: DF, 2005. Disponível online em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm> Acesso em: 27 ago. 2020

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: DF, 2014. Disponível online em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>> Acesso em: 27 ago. 2020

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MORAIS, Mônica Zavacki de. **Formações Rizomáticas da Diferença:** narrativas para produção da Pedagogia Surda. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2008.

MUSEU DE ARTE DO RIO. **I Fórum sobre Cultura Surda,** 2016. Disponível em: <<http://museudeartedorio.org.br/pt-br/evento/mar-em-libras-i-forum-sobre-cultura-surda-no-museu-de-arte-do-rio>> Acesso em: 27 ago. 2020.



PERLIN, Gládis; REIS, Flaviane. SURDOS: cultura e transformação contemporânea. In: PERLIN, Gládis, STUMPF, Marianne (Org.). **Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre cultura surda**. 4. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

_____. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

STUMPF, Marianne Rossi. A educação bilíngue para surdos: relatos de experiências e a realidade brasileira. In: QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi. (orgs.). **Estudos Surdos IV**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Festival de Folclore Surdo**, 2016. Disponível em :<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/172842>> Acesso em: 27 ago. 2020.